

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO PODER EXECUTIVO)
MENSAGEM Nº 047/93

ASSUNTO:

comissão	sem vinculo efetivo com a Administração Públic	a Federa	1, ao Reg
me Geral	de Previdência Social e dá outras providências		
DESPACHO:	27/JAN/93: SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - TRABALHO, DE BLICO - FIN. E TRIBUTAÇÃO (ART.54) - CONST. E JUSTIÇA (A	ADMINIST.	E SERV.PŪ
A O	ARQUIVOem28de	neizo de	1993
	DISTRIBUIÇÃO		
Ao Sr		, em	19
O Presidente	da Comissão de		
O Presidente	da Comissão de		
Ao Sr		, em	19
O Presidente	da Comissão de		
Ao Sr		, em	19
	da Comissão de		
	da Comissão de		
	da Comissão de		
	da Comissão de		19
	da Comissão de		
	da Comissão de		
	da Comissão de		

DE 19

3.520

DIETO No C

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.520, DE 1993

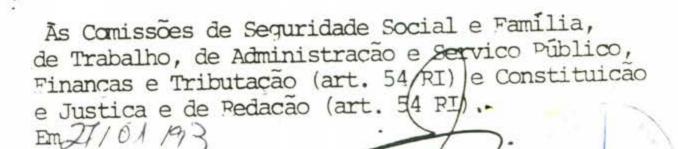
(DO PODER EXECUTIVO)
MENSACEM Nº 047/93

Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocu pante de cargo em comissão sem vinculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

(AS COMPSSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE TRABAHHO,

DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTA
ÇÃO (ART.54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E EL PEDAÇÃO (ART.

54)



Presidente

PROJETO DE LEI ~ 2 3520/93

Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O servidor público civil ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais, vincula-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 2º O art. 183 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 183. A União manterá Plano de Seguridade Social para o servidor e sua família.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, indireta e fundacional, não terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde."

Art. 3º O art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

	1 - como empregado:		
	a)		
União	g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo co, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.	om ,,	a

Art. 4º O art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas



Fl. 2 do projeto de lei que "Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências."

físicas:
I - como empregado:
a)
g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
Art. 5º As contribuições dos servidores de que trata esta Lei, vertidas ao Plano de Seguridade Social do Servidor, serão transferidas à Previdência Social nos termos definidos em regulamento.
Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 dias a partir da data de sua publicação.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília,



LEI n^{Ω} 8.213, de 24 de julho de 1991.

Dispõe sobre os. Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

TÍTULO I DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntario, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.
 - Art. 2º A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos:
 - I universalidade de participação nos planos previdenciários;
- II uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações irbanas e rurais;
 - III seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;
- IV cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente;
- V irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo;
- VI valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-decontribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo;
- VII previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional:
- VIII caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados.

Continuação da Lei nº 8.213/91

- II o Regime Facultativo Complementar de Previdência Social.
- § 1º O Regime Geral de Previdência Social RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta Lei, exceto a de desemprego involuntário, objeto de lei específica.
- § 2º O Regime Facultativo Complementar de Previdência Social será objeto de lei específica.

TÍTULO III DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 10 - Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificamse como segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste capítulo.

SEÇÃO I DOS SEGURADOS

Art. 11 - São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:

- a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;
- b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;
- c) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;
- d) aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões o repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;
- e) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que la



Continuação da Lei nº 8.213/91

domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio;

- f) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;
- II como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;
- III como empresário: o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não-empregado, o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria e o sócio cotista que participe da gestão ou receba remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural;

IV - como trabalhador autônomo:

- a) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;
- b) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não;
- V como equiparado a trabalhador autônomo, além dos casos previstos em legislação específica:
- a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, pesqueira ou de extração de minerais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua;
- b) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade, ou a outro sistema previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativo;
- c) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por sistema próprio de previdência social;
- d) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por sistema de previdência social do país do domicílio;
- VI como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento;
- VII como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14



Continuação da Lei nº 3.213/91

(quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

- § 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da familia é indispensavei à propria subsistência e é exercido em condições de mutua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.
- § 2º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.
- Art. 12 O servidor civil ou militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, é excluído do Regime Geral de Provisência Social consubstanciado nesta Lei, desde que esteja sujeito a sistema proprio de previdência social.

Parágrafo único - Caso este servidor venna a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades aprangidas peio Regime Gerai de Previdência Sociai, tornar-se-segurado oprigatorio em relação a essas atividades.

Art. 13 - É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos que se filiar ac Regime Gerai de Previdência Social, mediante contribuição, desde que não incluído nas disposições do art. 11.

Art. 14 - Consideram-se:

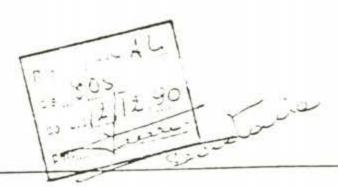
I - empresa - a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração publica direta, indireta ou fundacional:

II - empregador domestico - a pessoa ou família que admite a seu serviço, sen finalidade lucrativa, empregado doméstico.

Parágrafo único - Considera-se empresa, para os efeitos desta Lei, o autônomo e equiparado em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras.

- Art. 15 Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:
 - I sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício;
- II até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida peia Previdência Social ou estiver suspense ou licenciado sem remuneração;
- III até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória;

IV - até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou reciuso;





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº 237 QUARTA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 1990

BRASILIA - DF

Sumário

- CONTRACTOR TO LANGE TO LANGE

BACK CONTRACTOR

1 x 4 = 2 2 1 1 7 2 1 2 1

salvo os cases arevistos es lo...

TO SEE CHARLES ATIVO	PAGINA 23935 23946 23972
NETTH CALLSTITA 1. STERIG DA EFILLIFICA 1. STERIG DA ASHCINAUTICA	23974 23975
I STERO DA BRUDE I TILE TO DA ELITISTIMA PAZENDA E PI MEJAURNEO	27975 27976 23978
TO THE TOWARD CONTROL OF ERFORMANCE AND A COURT OF THE CONTROL OF THE CONTROL OF THE COURT OF TH	23979 23079
DE RENTE LE LINTES DA UNIÃO	23981
SDITORIAN	23982 24007

NOTA:

Por micros recitos deixa de circular o Indice desta edição.O mesmo circulara na LOXHER OLD DO 4 Directo

Atos do Poder Legislativo

3.112, de 11 de dezembro de 1990.

Dispos sobre o regime juridico dos Servidores Publicos Civis da União, das autarquias e das fundações publicas federais.

PRESIDENTE DA REPÓBLICA Faco saper que o Congresso Nacional dicreta e eu sanciono a requirte Let:

TITULO I

CAPITULO UNICO

Das Disposições Fralizinares

Art. 14. Esta Lei institui o regime juridico dos servidores publicus divio da Unido. La autarquias, inclusive as em regime topedia. - 115 turingoes publicate transmis. ot. 14. Pera es esestes desta Lei, parvidor e i pessoa L'extrante in costida em direo publico. conservation to previous of estructura degradatables in the offen ser corntical a in institut. Directio un co. In circos pur lino, inessiveis a todos os translation. Die ortiges per .vi. dim isnominione proorts a .enci-

H. . - Projects a presence of torvious matuates.

10 ------

II OUTT

Do Provimento, Vacáncia, Remoção,

Redistribuição e Substituição

CAPITULO 1

Do Provimento

SECAO I

Disposições Gerais

Art. 5. São requisitos básicos para investidura em cargo

rublico:

- a nacionalidade trasileira:

II - o gozo dos direitos políticos; III - a quitação con as obrigações militares e eleitorais: IV - o nivel de escolaridade exigido para o exercicio do

:argo:

V - a idade minima de dezoito anos;

VI - aptidao fisica e mental.

; i. . As attributates do cargo podem justificar a extyencia

redatation cardnerections ell tel. § 2°. As pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso publico para provisento de cargo dujas atribuições sejam compativeis com a deficiência de que são portadoras: para tais pessoas serão reservadas ate 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Art. 6'. O provinento dos cardos publicos far-se-a mediante ato da autoridade competente de cada Poger.

Art. 7º. A investidura em cargo publico ocorrerá com a

posse.

Art. 8. São formas de provimento de cargo publico:

I - nomeação: II - promoção; III - ascensao; IV - transferencia;

V - readaptação; VI - reversao: VII - aproveitamento:

VIII - raintegração: IX - recondução.

SEÇÃO II

Art. 91. A nomeação far-se-a: I - em carater efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira:

II - em comissão, para cargos de confiança, de livra exo-

Paragrafo único. A designação por acesso, para função de direção, chefia e assessoramento rocaira, exclusivamente, em servi-

dor de carreira, satisfeitos os requisitos de que trata o paragrafo unico do art. 10. Art. 10. A nomeacad para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de previa habilitacao em concurso

publico de provas ou de provas e titulos, opedecidos a ordem de classificação e o trazo de sua validade. Paragrafo unico. Os demais requisitos para o ingresso e o

· desenvolvizanto to servizor na carretra, rediante promoção, ascensão e acesso, seras estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na amministração publica federal e seus regula-

SECAO III

Co Concurso Publico

Art. 11. O concurso sera de provas ou de provas e títulos, ondendo de E contilutad en duna eticha, conforme dispuserem a lai e la requiamento no respectivo T. 100 43 Elfreira. Art. 11. 3 (correspondence tora validade de ate 2 (dois) ands, podendo ser procronada una unada vez, por aqual periodo.

It. Na hinch-in of trees, procedurates 640 CT.

128 55

minalitários ou que se contes.

testemunhas, a comis-__ervanus os procedizen-

curios, chia um deles sera ou-Titidi ento, e cotife que divergiren en suas deciarações do-

i ou direunstand.... prominide y acureadad entre mins. A 2. G PROOF OF 12 COSSIDER. TO A COST F S. PROFESTAwillinge vestage int fig. beg coro a influencia del " " seale, porem, rein-

terferir ras perg bills w purri-las, por intermedio do presidente

acusado, a comiscao principa a diference discusado que ele sela submetido a exame por junta medida cilitial, da qual participe pelo tends um tidico psilulatra.

foragrato unico. O insidente de sinidade mental sera procossado es auto apertaco e apenso ao processo principal, apos a exsedição do lauso periotal.

Art. 181. T rilicata a infracto disciplinar, sera formulada a indiciação do serv. Er. com a específicação qua fatos a ele imputidos e das respectitis provas.

\$ 14. W indictaud sera dithat for mandado expedido pelo presidento da comissia (17) estentir (2005) escrita, no prezo le 10 (dez) dias, escemprando-se-lie vista de promeso na recipiticao. à 24. Minendo dois su mais indictauss, o prazo sera comun e

1 20 (vinte) dias. * 3*. O prazo de defesa or ..rz per prorrogado pelo dobro.

para diligencias reputacis indispendiceid. 1 41. No como de regusa do iniciado em apor o ciente na comia de citação, o prazo pera decesa officar-se-a da data declarada, de termo preserva, plus remora la comuncia que tez a cutarias. Ros a

issinatura de l'isi tostroinnis. trt. 1:2. 0 insiciate tie n.tit im residencia fica obridado

: comunicar a compasso o later contract. ne litto i perto e não são LON 1982 L.1302 FER LAND, FRENCHES FOR LAND CONTROL OF Unique contai in drante discurates of so untime conjuict to co-

nedido, para europeatur desesa. orbirtic dies. Ni tipoteco seste artico, o ciazo para de-Toa sera de .1 Timbon dias i tirtir di ditita publicacao do edi-

The division of the reference of the religious distributions of the results of th

Costo, his easted to

trucesso e sivolvira o trico casa si . . . (). www.test titlys, sout TITLE AS THE BALL OF pante de curgo de tarat alla a su construit du la insidiado.

Art. 188. | restat. a sector a comistio esaporara relatório minucioso, dria ticinità da teria principala una autos e dencio-Mara as provae en una se rapera cord forche à due commisque. 3 11. - Iblacerie ente eller l'otterente quante à inconstit

cu à responsabilidade de servider. 1 21. Reconnected à restorate, liquée de servidor, à comissão indicara o dispositivo leval de resularentar transgredido, pem como as direunstancias acravantes de estinuantes.

Art. 115. C processo discillinat, com o relatório da comissão, sera remetido à autoridade que seterminou a sua instauração, para julgamento.

SECAO II

To Julgazento

Art. 167. No prazo de 20 (vinte: dies, contados do recepizanto do processo, a autoridade su motora proferirà a qua decista. ji. Se a penalidata a ole so losta exceden o alcoda da autorizade instaurantra da froi esto de la peri encaminhado a autorinode occupatente, que a classa de la las finctions

4 24. havendo fils de un los dispole diversidade de san-The second of the second secon

su puna dis- priva-S 3 · . So a repairing priving for a tempedo ou consuman in appeartitoris of dispersion of a permitto discera so subors-

Art. 118. O julgarento elecato o relatório da comissão. salva quando contrario as cravas and salva.

Paragrafo unico. 1 70. 1177.2 da comissão contrarias is proved dos altos, a autoridida a cinada pidera, potivacumente, apravar a remotidade processa a rapatron (L. idontar o servicos d responsabliblio.

Apt. 1:3. Perificios a exestencia de vicis inginavel, a autoridade julgadora deciarara a t...sain tatai ou parcial do processo e ordenara a constituição do outra comissão, para instauração de noo processo.

. I. O mulgaresto form in cruzo legal map implica mulgarde is precesso.

1 24. A sutorifiste sulmitters due unt dausa à prescritio de que trata o art. 112. à 11 - era restingabilitada na terma do Capitulo IV do Titulo IV.

int. lot.min a lotter. Indeed the prescripto, a hiteri-

TOTAL CONTROL OF THE PROPERTY la respensa de la casa (1) à la casa de la casa de la casa de la composición de la composición de la composición de la casa della casa de la casa de la casa de la casa della ca

... 13.71.

se for o caso. Art. 100. Serão assegurados transporte e diárias: : - so servidor convocado para crestar depoinento fora da sede de sua recarticão, na consição de testemunha, denunciado ou in-

grafo único, inciso : do art. 14, o ato sera convertido em demisuao,

intagrato unico. Coprili a ...cração de que trata o cara-

iiciaco:

:: - eos remoros da comicisão e ao secretário, quando opri-Thors & se desir cares da sede dos trabalhos para a realização le missao essencial ao esciarecimento dos fatos.

JECKO III

Da Revisão do Processo

Art. 174. C processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer termo, a pedido ou se oficio, quando se aduziron fatos novos ou direunstancias saccial ein de patificar a inocencia do punido ou a inadequação da penalidade emitorda.

i 1' It caso se falecizento, iasencia ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da familia pocera requerer a revisão to processo.

; 2º No caso de incapacidade cental do servidor, a revisão

serà requerida pelo respectivo curador. Art. 175. No processo revisional, o ônus da prova cape ao

requerente. Art. 175. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitut fundamento para a revisão, que requer elementos novos,

sinds had approvates no processo originario. art. 177. O requerimento de revisão do processo sera dirigido ao Mini tro to Estici .. autoritade equivalente. (..e. se listoi in minimunta de étipse es entiparar a rational

: 120 COSC 50 te providenciara a constitutation distribute a constitutation to the constitute of t Art. 178. A revisas correra es aconso ao processo contrat-

Paragrafo union. Es puticas inicial, o requerente poulla The e hora para a posición de convas o inquintoso des testoriones

c.c arrolar. The A record to record that to (sessents) dies fire A condiusas dos traba.......

ACT. 181, Aplicatives has a market in comissão revistra. que couter, as normas e procedimentos proprios da comissão do firadesao disciplinir.

Art. 131. 6 julisagento capera a autoridade que aplicou a panalidade, nos terros do art. 141.

reragrato unico, o prazo para julgamento sera de 20 (vinte) dias, contacts do recebicento en processo, no curso do qual a autoridade julgadora podora Laterminar dillucacias.

Art. 182. Julianda procedente a revisas, será declarada sea efeito a penalizado aplicada, restabelecendo-se todos os direitos co servidor, exceto es relatuo a destituição de cargo em comissão, que Jorg convertiti es eximusuras.

Parvarito unito. Da revisão do processo não podera resultar agravamento de penalidade.

TITULE VI

la Seguridade social do Servidor

CAPITULO I

Disposições Gerais

Art. 133. A Uniso mantera Plano de Securidade Social para o

estroider e sua familia.

tt. 101. O Finne de Geberichie Societ visa a car escertura sos riscos a que estão suveitos o servicor e qua familia, e comtrutt e ... :- . The terreticits e addes que atendam as sequinits

- ", in litte inte. le sinsistència nos eventos de doenos. invalidez, calhice, acisente en serviço, instividade, falecimento e :ec:usic:

I - protecão a riternicide, a edeção e à paternidade;

e construes definition es fortunante, seservadas as disposições des-

ert. 135. Os beneticios do Plano de Seguridade Social do servicer confreended:

- Elande de entracta

al inconstitution m) and ... o-mich inite:

of satario-fatilia:

d) licenca para tratazento de sacio: el licinol & d'estanti, a apptante e licença-paternidado:

followers for solutile sa service:

entratordia a state no regentia de considera induviduais e impientais de triba-.no satisfatori is:

is - minite so differente:

il romnac vitalicia e terporaria:

it auxilio-rectuiro:

er to a second

1.3.50.7713 1 27.-27



LEI nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

LEI ORGÂNICA DA SEGURIDADE SOCIAL

TÍTULO I CONCEITUAÇÃO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Art. 1º - A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único - A Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento;
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais:
 - c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
 - d) irredutibilidade do valor dos benefícios;
 - e) equidade na forma de participação no custeio;
 - f) diversidade da base de financiamento;
- g) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

TÍTULO II DA SAÚDE

Art. 2º - A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e ignalitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.



- Continuação da Lei nº 3.212/91

e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognosticos.

CAPÍTULO I DOS CONTRIBUINTES

SECÃO I DOS SEGURADOS

Art. 12 - São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:

- a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;
- b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;
- c) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;
- d) aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;
- e) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do pais do domicílio;
- f) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;
- II como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;
- III como empresário: o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado, o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria e o sócio cotista que participe da gestão ou receba remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural;

IV - como trabalhador autônomo:



Continuação da Lei nº 8.212/91

- a) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;
- b) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não;
- V como equiparado a trabalhador autônomo, além dos casos previstos em legislação específica:
- a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, pesqueira ou de extração de minerais, em carater permanente ou temporário, diretamente ou atraves de prepostos e com auxilio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não continua:
- b) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente a Previdência Social em razão de outra atividade, ou a outro sistema previdenciário, nulitar ou civil, ainda que na condição de inativo;
- c) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por sistema próprio de previdência social;
- d) o brasileiro civil que trabalha do exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por sistema de previdência social do país do domicílio;
- VI como trabalhador avulso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural definidos no regulamento;
- VII como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.
- § 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.
- § 2º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Gerai de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.
- Art. 13 O servidor civil ou militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, é excluído do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que esteja sujeito a sistema próprio de previdência social.



Mensagem nº 47

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, o texto do projeto de lei que "Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências".

Brasília, 27 de janeiro de 1993.

14



E.M. nº 001 GM-MPS

Brasília, 25 de janeiro de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em cumprimento à determinação elencada no art. 40, § 2º, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre o enquadramento previdenciário dos servidores públicos civis ocupantes de cargos em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, e dá outras providências.

A medida proposta procura fundir os entendimentos até então expendidos referentes à matéria, buscando, ainda, eliminar dispositivos que sejam prejudiciais ao Sistema Previdenciário, à Administração Pública e ao próprio ocupante de cargo ou emprego temporário.

O artigo 1º trata, exclusivamente, da vinculação previdenciária do servidor ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal ao Sistema Geral de Previdência Social e ratifica a relação jurídica destes servidores, instituída pela Carta Magna e pela Lei nº 8.112, de 11 dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais.

Nesse rumo, nos artigos 2º ao 4º, buscou-se adequar os dispositivos normativos das Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, ao enquadramento do servidor de que trata a presente proposta, incluindo-o como segurado obrigatório da Previdência Social.

Br/



Em suma, conclusivamente, Senhor Presidente, é de ver-se que procurou-se no presente Projeto de Lei não ferir os dispositivos constitucionais, a legislação ordinária atinente à Previdência Social e ao regime jurídico do servidor público federal.

Respeitosamente,

Ministro da Previdência Social

ANEXO A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Nº 001 DE 25 DE janeiro DE 1993

1. SÍNTESE DO PROBLEMA OU DA SITUAÇÃO QUE RECLAMA PROVIDÊNCIAS:

Disciplinar o enquadramento do servidor público civil, que não tem vínculo efetivo com a Administração Pública direta, indireta ou fundacional, que é detentor de cargo em comissão.

2. SOLUÇÕES E PROVIDÊNCIAS CONTIDAS NO ATO NORMATIVO OU NA MEDIDA PROPOSTA:

Enquadrar o servidor em tela como segurado obrigatório da Previdência Social, alterando-se para tanto as Leis nº 8.112 de 6 de dezembro de 1990, 8.212 e 8.213 ambas de 24 de julho de 1991.

3. ALTERNATIVAS EXISTENTES AS MEDIDAS OU ATOS PROPOSTOS:

Não existem alternativas a respeito do assunto em tela.

4. CUSTOS:

As despesas decorrentes desta medida serão custeadas pelas contribuições vertidas pelos novos segurados da Previdência Social, na forma disposta pela Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.



Aviso nº 116 - C. Civil.

Brasslia, 27 de janeiro de 1993.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, relativa a projeto de lei que "Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências."

Atenciosamente,

HENRIQUE EDUARI O FERREIRA HARGREAVES Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados BRASÍLIA-DF. . Aprovadas as emendas do relator designado em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, a emenda de plenário nº 02, o projeto e a redação final. Rejeitada a emenda de plenário nº 01. A matéria vai ao Senado Federal.

Em 27 de janeiro de 1993.

As Comissões de Seguridade Social e Família, de Trabalho, de Administração e Servico Público, Finanças e Tributação (art. 54 RI) e Constituição e Justica e de Redação (art. 54 RI).

presidente

PROJETO DE LEI ~ 2 3520/93

Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O servidor público civil ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais, vincula-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 2º O art. 183 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 183. A União manterá Plano de Seguridade Social para o servidor e sua família.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, simultaneamente e fundacional, não terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde."

Art. 3º O art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

]	- como empregado:
a	

g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.

Art. 4º O art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas

Fl. 2 do projeto de lei que "Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências."

	físicas:
	I - como empregado:
	a)
	g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
Segurio regular	Art. 5º As contribuições dos servidores de que trata esta Lei, vertidas ao Plano de dade Social do Servidor, serão transferidas à Previdência Social nos termos definidos em nento.
data de	Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 dias a partir da sua publicação.
	Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília,

LEI n^{Ω} 3.213, de 24 de julho de 1991.

Dispoe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

TÍTULO I DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntario, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.
 - Art. 2º A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos:
 - I universalidade de participação nos planos previdenciários:
- II uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações arbanas e rurais;
 - III seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;
- IV cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente;
- V irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo:
- VI valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-decontribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo;
- VII previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicionai:
- VIII caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados.

Lei

- II o Regime Facultativo Complementar de Previdência Social.
- § 1º O Regime Geral de Previdência Social RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta Lei, exceto a de desemprego involuntário, objeto de lei específica.
- § 2º O Regime Facultativo Complementar de Previdência Social será objeto de lei específica.

TÍTULO III DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO I DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 10 - Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificamse como segurados e dependentes, nos termos das Seções I e II deste capítulo.

SEÇÃO I DOS SEGURADOS

Art. 11 - São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:

- a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;
- b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas;
- c) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;
- d) aquele que presta serviço no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a órgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões o repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;
- e) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismo: oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que la

Continuação da Lei nº 8.213/91

domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio:

- f) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;
- II como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;
- III como empresário: o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não-empregado, o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o sócio de indústria e o sócio cotista que participe da gestão ou receba remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rurai;

IV - como trabalhador autônomo:

- a) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;
- b) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não;
- V como equiparado a trabalhador autônomo, além dos casos previstos em legislação específica:
- a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, pesqueira ou de extração de minerais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou atraves de prepostos e com auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não continua:
- b) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente à Previdência Social em razão de outra atividade, ou a outro sistema previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativo;
- c) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por sistema próprio de previdência social;
- d) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por sistema de previdência social do país do domicílio;
- VI como trabalhador avuiso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviço de natureza urbana ou rural definidos no Regulamento;
- VII como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos conjuges ou companheiros e filhos maiores de 14

Continuação da Lei nº 3.213/91

quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

- § 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da familia é indispensavel à propria subsistência e é exercido em condições de mutua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.
- 3 2º Todo aqueie que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Gerai de Previdência Sociai é oprigatoriamente filiado em rejação a cada uma delas.
- Art. 12 O servidor civil ou militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, dem como o das respectivas autarquias e fundações, e excluido do Regime Jeral de Previsência Social consubstanciado nesta Lei, desde que esteja sujeito a sistema modrio de previdência social.

Paragrafo único - Caso este servidor venna a exercer, concomitantemente, ama un mais utividades aprangidas pelo Regime Gerai de Previdência Sociai, tornar-se-segurado oprigatorio em relação a essas atividades.

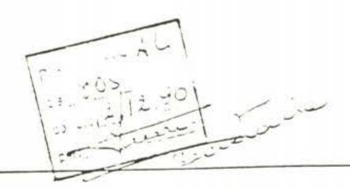
Art. 13 - É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos que se filiar ac Regime Gerai de Previdência Sociai, mediante contribuição, desde que não incluído nas disposições do art. 11.

Art. 14 - Consideram-se:

- I empresa a firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como os órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou tundacional;
- II empregador domestico a pessoa ou família que admite a seu serviço, sen finalidade lucrativa, empregado domestico.

Paragrafo único - Considera-se empresa, para os efeitos desta Lei, o autônomo e equiparado em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras.

- Art. 15 Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:
 - I sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício;
- II até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida peia Previdência Social ou estiver suspense ou licenciado sem remuneração;
- III até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de loença de segregação compulsoria;
 - IV até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou reciuso;



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

NO CNNVIII - Nº 237 QUARTA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 1990

BRASILIA - DF

Sumário

	FAGINA
1.5.5 CEP of USLATIVO	1.2935
	- 2345
	12372
TIETER OF A EL CONSAV	20274
- STER O DA ALHO VAUTICA	20275
MERCINA BALLA	2275
THE THE ENTERNA FACENON TO MALANIANIA	:2276
A	_227.9
	233.29
L LA TARANTE RUNCHA	_2279
21745 24 LNIA0	22981
DEF UND WAR!O	23381
INTRATON EDITAIS E AVISOS	23982
THICK A.S.	24007
T-11710F7H13	

NOTA:

er ministre i enicus deixà de circular o Indice desta edicão O mesmo circulara na

4 Directo



Atos do Poder Legislativo

1.112, de 11 de dezembro de 1990.

Dispos soors o regios juridico dos Servidores Publicos Civis da União. das autarquias e das fundacces publicas federals.

D PRESIDENTE DA REPOBLICA Paro saper que o Cangresso Nacional dicreta e el sanciono a requirate boat

TITULO I

CAPITULO UNICO

Das Disposições Freilizinares

Art. 14. Esta Lei institui o regide juridico dos servidotes publicis livin di unido, il dibarchias, inclusive is en regime gesta. ... 1.2 1.2110000 E.E. ... 1. 1. ... 71.9. in . The spreight of starbing services of a pessoa . Tairante i amitida em carro facilità.

ust. Ita usto publica e a cantunto de atributores e resronattitudita province na extrucura ordanización i los icrem ser

eraintio un do. Et direns publices appasivats à todos os radicerrin, its ordices for . 1. Did thoominaded propria 4 .4noi-

. An entate it.

Calvo di Cisca dicentatione en

II ONNE

Do Provimento, Vacáncia, Remoção, Pedistribulção e Substituição

CAPITULO I

Co Provimento

ECAO 1

Disposicoes Gerais

Art. 5". São requisitos basicos tara investidura em cargo ruplico:

: - a radionalidade trisi. Gira:

: - o dozo dos direitos rollicios; II - a quitação con as corigações militares e eleitorais;

IV - o nivel de escolaridade eximido para o exercicio do

:opic:

v - a idade minima de dezoito anos:

VI - aptidao fisica e mental. ; i. ha attibulções do eligo podem justifical a exigência

rederation cardneterings en teri 1 2. As pessoas portacionas de deficiência e assegurado o direito de se inscrever en concurso publico para provizento de cargo Tujas atribulções sejam compativois com a deficiencia de que sao portadoras: para tais pessoas serão reservadas ate 20% (vinte por

Art. 64. O provinento dos cardos publicos far-so-a mediante ato da autoridade competente de cada Poder.

Art. 71. A investidura em cardo publico ocorrera com a

posse. Art. 8. São formas de provimento do cargo publico:

- nomeacao: I - promoção:

: - ascensao:

IV - transferencia:

cento) dis vadas oferecidas no concurso.

- readaptação; /I - reversao:

VII - aproveitamento:

VIII - raintegração:

IX - recondução.

SECAO II

Da Normacao

Art. 3. A nomeacao far-se-a:

I - em carater efetivo, quindo se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira:

II - em comissão, para cargos de confiança, de livre exo-

Faragrafo unico. A designacas por acesso, para função da direção, chefia e assessoramento recaira, exclusivamente, em servidor de carreira, satisfeitos os requisitos de que trata o paragrato único do art. 10.

Art. 10. A nomeacao para cargo de carreira ou cargo isolado de provizento efetivo depende de previa nabilitacão em concurso publico de provas ou de provas e títulos, opedecidos a ordem de

classificação e o trazo de sua validade.

Paragrato unico. Es secais requisitos para o ingresso e o · desenvolvizbato in servizar na cirreira, rediante promoção, ascensão e acesso, perus estabelecidos pera lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na administração publica federal e seus requia-

SECAO III

Co Concurso 24511co

Art. 11. O concurso sera de provas ou de provas e títulos. ndendo e i intilitto en illa el 113. L'hiorne dispuseren a lei e o requiamento do respectivo tilos o sucreira. Art. ... : (Shruper rot.122 tora Validade de ate 2 (dois)

inos, comendo ser prorrogala - 1 inica vez, por iqual periodo.

The Ma himer and firmen, procederace ..

0 27:-

3 ; "

traditorios ou que se _contes. tostemunnas, a comis-

__ervanus os procedizen-

. _ - 100. C134 um deles sera ouerilli ente, e letire que il erilret em suas declarações doa ou discunstancia, promissão i adoptidad entre n.es.

TIZ. DEB COTO A INTUITIVE IN THE TENTO THE TENTO AND THE SECOND S arthe, porem, retar eriprir his pure him e-

niri-las, por intermedio do presidente Art. 150. Linus nouver quit. 20 score a sanidade mental do rusado. e un librar principa a dilinini de l'idetante die ele sela idmetico a exame por junta medica cilcial, da qual participe pelo ands un redico recominatra.

firagrato unico. O insidente un sinidade mental sera procasado es auto actitáto e apenso do processo principal, apos a ex-

ecição do lauto periodal. tre. 1/1. 7 mindata a intranso disciplinar, sera formulada indicianto do servitor, for a estectionidad dos tatos a ele impu-

idas e das respect. Vis provas. 5 14. U indicado esta citad: Est mandado expedido pelo residente da comiedo , .f. formette ./1001 eperita. no prazo se

I idez) dias, denominanco-ca-, e vista do oromesso na recarticao.) 2.. Estendo dois ou cais insiciados, o prazo será comum e

1 20 (cte) dias.

ira dirigencias recuticis inilstenzione... , 44. %s coso de remisa de l'illians en apor e ciente na pola de citação, o prazo pera decesa o mosmose-se-a da data declarada. t terms prounds, para remote is committee and test a cutamas, top a

SETTO FILE AND A SETTO THE SET OF CASISERS AND ASSET OF CASISEROLA FICA OFFICACO AAN 1863 AARTHE TO AAN AAN 1822 AAN AAN AARTH reduction of the contract of t

votas, para miliantar suras. training data, but interest reste Attito, o prazo para co-La sera do la minera dias i farele in littra publicació do este

The substance of the su

T = 1.171 --ANTHOR TIGHTON STATE

THE STREET pinte de cirro de curación a la casoción ex de indiciado. Art. 11-, regulat. a dusing a turning elasorara legatorio minucioso, aria titunità da labis orintipala una autos e sencio-

y it. I decompany and access consequently quanto a supposition

u a responsabilitude de dervitte. 4 2*. Reconnected a resignabilitate do servidor, a comissão indicara o dispositivo is al cu redulazentar transgredido. Dem como as diretunstancias illuvantes de itimuintes.

Art. 115. C processo disciplinate dem o relatorio da comis-860, sera retetido a autorisade que seterminou a sua instauração, para julgamento.

SECAO II

in du.cazenco

Art. 167. No prazo de 23 lvinte: 31.4, contados do relegiconto do processo, a autoridade "L. ". Toda trocerira a qua decisto. 1 1. The a second of a contract of the state of the second of a second of a second of the second of Ande compatente, and annual annu 21 1 17 s o 11 2 11 11 . puna fixe status. s production and a company of the contract of in appearsings to with the second of the sec 11205 do que trata e influe de la comissão.

Art. 101. à fullarence fullara o relatorio da comissão.

salvo quando contrario as mesmis des serves. Peradrato unico, in comissão contrartir is proved dos altos. A autoridada i chitra dinera, potivacamente, cirivas a receptore operational dineral dineral operation de

-sponsariiilli. Act. 199. Northwest a experience as whose instrument, a durtoridade julgadora deciarara a tillador total ou parcial do processo " prigenara a constituição de tutra continua, fora instauração de no-

a processo. i. o religamento toni in cristo innel nao implica quillente to processo.

) it. A succession this issentant of the a prescripto to tra trata o art. 140, a 20 ana relocabilitates na toros do Capie tuio IV de Tituia ...

THE CLICATE AND THE TANKS OF THE PROPERTY OF A STORY OF THE PROPERTY OF THE PR - -- tulida como crist.

10711 12.22 1278 -0-1

mes as a contributar 5.2 THE RESERVE OF THE PROPERTY OF LG 1000

.... racao de que trata o cara-Paragrato unico. Coorrid. 4 grafo unico, inciso : do art. 31, o sco sera convertido em demiseso. se for a caso.

Art. 111. Serão assemurados transporte e diárias: : - so servidor convocado para crestar depoisento fora da sede de sua recarticão. Es consição de testemunha, denunciado ou in-

11 - aos remoros da comicisão e ao secretário, quando comifinate & Se describres on Sede don transition para a realização la 113540 essencial ao esciarecimento dos fatos.

JECKO III

Ca Revisão do Processo

Art. 174. C processo disciplinar podera ,ser revisto. 3 qualquer termo, a regido di un oficio, quando se aduziron fatos dotos ou expensaturoles saucta, esplát tectificar a inocencia do punito ou a interestado es mensileise infletes.

i 1º It caso se talecizento, alachdia ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da familia pocera requerer a revisão do

1 1º No caso de incapacidade cental do servidor, a revisão iera recuerida celo respectivo curacor.

act. 175. No pre-esso revisional, o onus da prova cape co requerente. Art. 175. A simples alegução de injustiça da penalidade não ionstitut (indicento cara a revisão, ile requer elezentos novos,

sindi nad afforista no orciesso originatio. jido uo Mint 177 to filla: . : littitude edutvaiente, /.e. se tilo-: (A distribute de comba de entre

Briggt A ben la providenciare i sampli salla de distance. La filizza MEC. 173. A PROPERTY CONTERS OF ABOUND SO PROCESSO 121 11715

regerrate union it publichs inicial. S requerents (0.00) con e nora por a pod 100 de a provas de loquiridas dos tencompodes : .c arrolar,

Note that the restriction is the season of the contract of the a conclusad die trada..........

with 1881, Asilar from Arts of the the comissio revisions que couter, es nortas e procedimentos troprios da comissão do doslesao diadipilata.

Art. 121. 3 12.12240to capera a autoridade que apilicou a panaildade, not terros do ert. raratrais inius. U prano cara (ulquamento sera de 20 (vinue)

illas, contagle do requilipento de pricesso, no curso do qual a auto-Art. 182. Juliozas procedente a revisac, será declarada seo

efecto i committica actività, restabelecendo-se todos os directos co servidor, exceto es relació a destituição de cargo em comissão, que The convertion of existing. Fariatic unito. De revisão do processo não podera resultar

agravamento de penalidade.

TITULE VI

.a Jeguridade social do Servidor

CAPITULO I

Cisposições Gerais

Art. 183. A União mantera Plano de Seguridade Social para o

remoder to dis first it. tos riscon a die estad pare tos o servicor e qua familia, e per-Total of the term of the contract of the state of the standard as sequenties

l'agricità male, se subsistancia nos eventos de duenos. invalidez, calhide, scrictite es servico, instividade, falecimento c :ociudac:

11 - protecao a miternicide, a adeção e à paternidade;

is serio concedidos nos terros # conditions out...... 35 fir................... scaervatas as dispusições cen-

ert. 135. Es caneticies do Plano de Sequeridade Social do II Lath. prvidor confreendal

a folice to retricted.

E) 308.1.2-0151 1-1281

31 Salario-1351223;

il lucenca para tratazento de esudo: es licerca a cretante, a espiante e licenda-paternidado:

fi limings our volume te em servicor

entiatingua a elevar i ritirili de cursicos individueis e ampientais de triba-... satistatori 15:

ii - t...ts .. gymnoshte:

To the balant of Frank : 1-A: "ID LAGITION.

1 1.40 1511 1 2 1441

LEI nº 3.212, de 24 de julho de 1991.

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

LEI ORGANICA DA SEGURIDADE SOCIAL

TÍTULO I CONCEITUAÇÃO E PRINCIPIOS CONSTITUCIONAIS

Art. 1º - A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saude, à previdência e a assistência social.

Parágrafo único - A Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento:
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais:
 - c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
 - d) irredutibilidade do valor dos benefícios;
 - e) equidade na forma de participação no custeio;
 - f) diversidade da base de financiamento;
- g) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

TÍTULO II DA SAÚDE

Art. 2º - A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante positicas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e ignatitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Continuação da Lei nº 3.212/91

e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognosticos.

CAPITULO I DOS CONTRIBUINTES

SECÃO I DOS SEGURADOS

Art. 12 - São segurados obrigatorios da Previdência Social as seguintes pessoas tísicas:

I - como empregado:

- a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em carater não eventual. Los sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado:
- b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoai regular e permanente ou a acrescimo extraordinário de serviços de outras empresas:
- c) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior;
- d) aquele que presta servico no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira e a orgãos a elas subordinados, ou a membros dessas missões e repartições, excluídos o não-brasileiro sem residência permanente no Brasil e o prasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou repartição consular;
- e) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, saivo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicilio:
- f) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;
- II como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;
- III como empresário: o titular de firma individual urbana ou rural, o diretor não empregado, o membro de conselho de administração de sociedade anônima, o sócio solidário, o socio de indústria e o sócio cotista que participe da gestão ou receba remuneração decorrente de seu trabalho em empresa urbana ou rural;

IV - como trabalhador autónomo:

Continuação da Lei nº 3.212/91

- a) quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego;
- b) a pessoa física que exerce, por conta própria, atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não;
- V como equiparado a trabalhador autônomo, além dos casos previstos em legislação específica:
- a) a pessoa física, proprietaria ou não, que explora atividade agropecuária, pesqueira ou de extração de minerais, em carater permanente ou temporario, diretamente ou atraves de prepostos e com auxilio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não continua:
- b) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou de ordem religiosa, este quando por ela mantido, salvo se filiado obrigatoriamente a Previdência Social em razão de outra atividade, ou a outro sistema previdenciário, militar ou civil, ainda que na condição de inativo:
- c) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por sistema próprio de previdência social;
- d) o brasileiro civil que trabalha do exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por sistema de previdência social do país do domicilio;
- VI como trabalhador avuiso: quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural definidos no regulamento;
- VII como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais. o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.
- § 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da familia é indispensável à propria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.
- § 2º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social é obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas.
- Art. 13 O servidor civil ou militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, é excluído do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que esteja sujeito a sistema proprio de previdência social.

Brasília, 25 de janeiro de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em cumprimento à determinação elencada no art. 40, § 2º, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre o enquadramento previdenciário dos servidores públicos civis ocupantes de cargos em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, e dá outras providências.

A medida proposta procura fundir os entendimentos até então expendidos referentes à matéria, buscando, ainda, eliminar dispositivos que sejam prejudiciais ao Sistema Previdenciário, à Administração Pública e ao próprio ocupante de cargo ou emprego temporário.

O artigo 1º trata, exclusivamente, da vinculação previdenciária do servidor ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal ao Sistema Geral de Previdência Social e ratifica a relação jurídica destes servidores, instituída pela Carta Magna e pela Lei nº 8.112, de 11 dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais.

Nesse rumo, nos artigos 2º ao 4º, buscou-se adequar os dispositivos normativos das Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, ao enquadramento do servidor de que trata a presente proposta, incluindo-o como segurado obrigatório da Previdência Social.

Man!

Em suma, conclusivamente, Senhor Presidente, é de ver-se que procurou-se no presente Projeto de Lei não ferir os dispositivos constitucionais, a legislação ordinária atinente à Previdência Social e ao regime jurídico do servidor público federal.

Respeitosamente,

Ministro da Previdência Social

ANEXO A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Nº 001 DE 25 DE janeiro DE 1993

1. SÍNTESE DO PROBLEMA OU DA SITUAÇÃO QUE RECLAMA PROVIDÊNCIAS:

Disciplinar o enquadramento do servidor público civil, que não tem vínculo efetivo com a Administração Pública direta, indireta ou fundacional, que é detentor de cargo em comissão.

2. SOLUÇÕES E PROVIDÊNCIAS CONTIDAS NO ATO NORMATIVO OU NA MEDIDA PROPOSTA:

Enquadrar o servidor em tela como segurado obrigatório dal Previdência Social, alterando-se para tanto as Leis nº 8.112 de 6 de dezembro de 1990, 8.212 e 8.213 ambas de 24 de julho de 1991.

3. ALTERNATIVAS EXISTENTES AS MEDIDAS OU ATOS PROPOSTOS:

Não existem alternativas a respeito do assunto em tela.

4. CUSTOS:

As despesas decorrentes desta medida serão custeadas pelas contribuições vertidas pelos novos segurados da Previdência Social, na forma disposta pela Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Emenda do Allato Molato 1 1933 OS DEPUTADOS

Emenda as 2 L nº. 3520/83

Substitute of panegrafic vinion to are 183°. Constants do art. 2°.

to PL m°. 3.520/83, or expressor

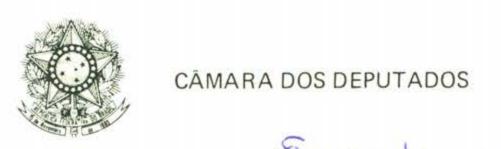
"intireto" from "antanguics".

Spala for Lenix of Jam/83.

Constant panes of Nilson Gora

Lider PMDB

(de Mina mi



Emendo nº 2

A 193

Acrescente - se ao Projeto de Dei o se-quinte diapositivo, renumerando-se os sequintes:

Art. 6° O act. 55 de dei nº 8 213, de 1391 prisse a reignar acusardo do sequente a meiso VI:

VI - o dempo de contribuição e feterodo con lorse nos ats. 8º e 9º de lu nº 8 162, de 08 de feneiro de 1991, pelo segurodo definido no at. 11. I, g. desta dei, sendo dais contribuições computadas poro efeito de carência".

in lasi dans

CAMARA DOS DEPUTADOS

France as PC 3521/93 24.

Insplaces unterfeças aut. 52 des "Est. 52...

Simila- O disporto us te autiono applica- fi a contribución resoludas des de servidos do servidos do servidos dos servidos dos servidos dos como a administração de uta, antarquica on fundacional, a sendo arrigurado o competo do respectivo tempo de entribunição para e feito de purepisos dos beneficios previdencia: rios "

Jula des Jemis; em 27/1/93

Minus Eriger



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(de Menami) Enunde ao Projeto de Lai nº 3,520/93. de Mel fortos

Romesante-se onde couber:

Part. _ - Os servidores de que trata esta dei faras des e teras asseguirales os dirites o beneficios presestos no art. 7º de Constituição Federal.

Sd. 2. S. 27/1/93.



My 7.1.93

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 155, do Regimento Interno, URGENCIA para tramitação do Projeto de Lei nº 3.520/93, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em Comissão sem vínculo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências".

Sala das Sessões, em 27 de janeiro de 1993.



J- Relationio:

a situaces des servictors ocupantes de carpo em comissas sem un un un la efetivo com a chias.

regione de Prenchicie Sociel, s rospets preluche le curre que vinhe até e pre, privando-os de unificien senficies fundementais como a aporentadoria.

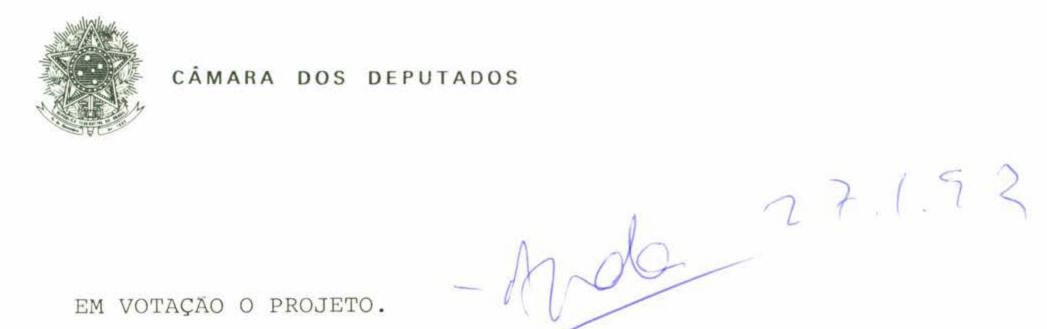
Assure some pele aproveçar do projets que seneficiare inclusive, expressive parcele de pervidores doste Cose

EULER AMPIRO X

PROJETO DE LEI Nº 3.520, DE 1993 (DO PODER EXECUTIVO)

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 3.520, DE 1993, QUE DISPÕE SOBRE A VINCULAÇÃO DO SERVIDOR PUBLICO CIVIL, OCUPANTE DE CARGO EM COMISSAO SEM VÍNCULO EFETIVO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS; PENDENTE DE PARECERES DAS COMISSOES: DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇAO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.

PARA OFERECER PARECER AO PROJETO, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA, CONCEDO A PALAVRA AO SR. DEPUTADO CULAR RIBERRO



EM VOTAÇÃO O PROJETO.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.



CÁMARA DOS DEPUTADOS

Fatima

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Orador -

Hora - 21h48min

Quarto Nº 235/1

Taquigrato - Livia

Revisor -

Data -

O SR. JOSÉ DIRCEU (Bloco Parlamentar Democrático-SP.

Para emitir parecer.) - Sr. Presidente, parecer ao Projeto de Lei nº 3.520/93, que dispõe sobre a vinculação do Servidor Púplico Civil ocupante de cargo em comissão sem vinculo efetivo com a administração pública federal ao regime de Previdência Social e dá outras providências. Em nome da Comissão de Finanças e Tributação.

Sr. Presidente, o parecer é favorável diante dos preceitos constitucionais legais da lei de diretrizes orçamentárias.

O Relator concorda com as modificações introduzidas pelo Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público no \$ 1º do art. 73, que versa sobre o art. 2º do projeto de lei e o acresce ao parágrafo único do art. 5º do presente projeto de lei.

Portanto, Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Finanças e Tributação é favorável ao projeto de lei, com as introduções do Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

* * *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Orador -

·Hora - 21h48min

Quarto Nº 235/2

Taquígrafo -

Livia

Revisor -

Fatima

Data - 27.01.93

O SR. PRESIDENTE (Ibsen Pinheiro) - Para oferecer pare cer em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Messias Góis.

O SR. MESSIAS GÓIS (Bloco Parlamentar-SE. Para emitir parecer.) - Sr. Presidente, diante do projeto e das emendas apresentadas pelo Deputado Nilson Gibson, sou pelo acolhimento das emendas por estarem revestidas de legalidade e constitucionalidade.

Portanto, sou pela aprovação do projeto com as emendas apresentadas.

de de de

O PROJETO TRATA DE MATÉRIA METERVANDA à iniciarina exclusiva au lassidente na República - REGINE JUNIAIN DOS SERVIDO-RES MY UNISS, ESPECIFICAMENTE LON MELAGEN A Aposentamia. ALTERA, inclusive, Dispo-SIÇOES DA CEI Nº 8. 112/90. ESMINO Dos servimones civis na UNIAS. -) (F, ART 61, inciso II, alinea"z". Abrance, Alien sisso, servisores DOS ESTADOS E DF, FERINDO A AUTONO. MI'A DOS ENTES FEDERADOS COM RELIGIES A SUA AUTO - ORGANICAÇÃO - ART. 25.

	CÂMARA DOS DEPUTADOS SEÇÃO DE SINOPSE	PROJETO DE LEI N.º3.520 de 19 93	AUTOR
	EMENTA Dispõe sobre a sem vinculo efetivo com e dá outras providência	vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social s.	PODER EXECUTIVO (MSC nº 47/93)
	ANDAMENTO		Sancionado ou promulgado
			Publicado no Diário Oficial de
	- I - I - I - I - I - I - I - I - I - I	ESA . As Comissões de Seguridade Social e Família, de Trabalho, de	
	D	espacho: Às Comissões de Seguridade Social e Família, de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Finanças e Tributação (ART.54)	Vetado
		e Constituição e Justiça e de Redação (ART.54)	Razões do veto-publicadas no
	P	LENÁRIO	
	Ē	lido e vai a imprimir.	
	27.01.93 A E 1 q	LENÁRIO provado requerimento dos Deps. Roberto Freire, líder do Governo; Luis duardo, líder do Bloco; Sérgio Arouca, líder do PPS; Vladimir Palmeira, íder do PT; Sérgio Gaudenzi, na qualidade de líder do PDT; Aécio de Borba, na ualidade de líder do PDS; Germano Rigotto, na qualidade de líder do MDB; Maria Luiza Fontenele, na qualidade de líder do PSB; e Moroni Tor	
	27.01.93 P	an, na qualidade de líder do PSDB, nos termos do art. 155 do R.I., UR- ENCIA para este projeto. RONTO PARA A ORDEM DO DIA lido e vai a imprimir, pendente de pareceres das Comissões: de Seguri-	
	F	ade Social e Família; de Trabalho de Administração e Serviço Público; de inanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação. PL. 3.520-A/93)	
1 20	48.0018.8	The serving out	

27.01.93

PLENARIO

Discussão em Turno Único.

Em votação o requerimento de preferência dos Deps. Luis Eduardo, Genebaldo Correia, Vladimir Palmeira e Luiz Carlos Hauly - APROVADO

Designação do Dep. Euler Ribeiro, para proferir parecer em substituição à CSSF, que conclui pela aprovavação.

Designação do Dep. Nilson Gibson, para proferir parecer em substituição à CTASP, que conclui pela aprovação, com emendas.

Designação do Dep. José Dirceu, para proferir parecer em substituição a CFT, que conclui pela aprovação, com adoção das emendas da CTASP.

Designação do Dep. Messias Góis, para proferir parecer em substituição a CCJR, que conclui pela Contitucionalidade, juridicidade e Técnica Legislativa, com adoção das emendas da CTASP.

Encerrada a discussão.

Apresentação de 02 emendas, assim distribuídas:

Dep. Gastone Righi

Emenda no 01;

Dep. Maria Laura

" " 02.

Designação do Dep. Nilson Gibson, para proferir parecer às Emendas de Plenário, em substituição a CTASP, que conclui pela rejeição da emenda 01 e aprovação da emenda 02.

Designação do Dep. Geraldo Alckmin Filho, para proferir parecer às emendas de Plenário em substituição a CSSF, que conclui pela rejeição da emenda 01 e aprovação da emenda 02.

Designação do Dep. José Dirceu, para proferir parecer às emendas de Plenário, em substituição a CFT que conclui pela rejeição da emenda 01 e aprovação da emenda 02.

Designação do Dep. Antonio de Jesus, para proferir parecer às emendas de Plenário, em substituição a CCJR, que conclui pela rejeição da emenda 01 e aprovação da emenda 02.

Em votação às emendas da CTASP - APROVADAS

Em votação à emenda de Plenário nº 01 - APROVADA

Em votação à emenda de Plenário nº 02 - REJEITADA

Em votação o Projeto - APROVADO

Vai a Redação Final.

Continua ...

CAMARA DOS DEPUTADOS

CEL - Seção de Sinopse

PROJETO Nº 3.520/93

Continuação FLS. 02

ANDAMENTO

PLENÁRIO

27.01.93 Em votação a Redação Final, oferecida pelo relator, Dep. Agostinho Valente APROVADA.

Vai ao Senado Federal.

(PL 3.520-B/93).

AO SENADO FEDERAL, ATRAVÉS DO OF

PS-GSE/ /6 /93

Brasilia, 02 de fevereiro de 1993.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 3.520-B, de 1993, que "dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências", submetido à deliberação do Congresso Nacional nos termos do art. 61 da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.

Deputado INOCENCIO OLIVETRA

A Sua Excelência o Senhor Senador DIRCEU CARNEIRO DD. Primeiro-Secretário do Senado Federal N E S T A



REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.520-8.DE 1993

Diseõs sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

O CONGRESSO MACIONAL decreta:

Ant. 12 O servidor público civil ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União. Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais, vincula-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social de que trata a Lei n2.8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 22 0 art. 183 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 183. A União manterá Plano de Seguridade Social para o servidor e sua família.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional, não terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde."

Art. 30 O art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:

11 H At 11	10 163	0 - 6 - 0 - 10	E 10 F	B B B	0.000	71 1	110.00	1.0	10.00	77 11	10 11	11 11	30.76.36	30 10 146	0.0000000000000000000000000000000000000	10 H	2000	10 31 30	(b) (b) (b)	0.41.9
		g) o	45.6	きかいだ	don	p	Gif:	lic	(0)	(3)	C LIP	1.63	nte	de	Carrier C	101	60.1%	COM	iss	ão.
\$ @ (4)	Vί	neul	0	efet	i vo	C	0160	Ξų	U	m:	3(0)	15	ALIT	A10	quias	Ř	i me	Lus	We	(C) (Y)
read i	MO	63.50	erc i	at I a	G #	ULF	ods	c 65	60 (8)	19	úb.	11	C 80 65	F (5)	chereai	60.0				

Art. 42 O art. 11 da Lei nº 8.213. de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a sequinte redação:

"Art. II. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empresado:

	∂₽; (0)	19 (-31)	-11	16 (8)	19.	(1()	((30)	(1 ::)		1).	(C. 1)	11	11 (0.0	(1)1	41 3	0.00	.00	(1 (1 11	. 11	:0: 1	0.00	11:	(0.00)	0.00	(1	0(-3)	11.	10.	0000	. (1)	in	10 (11.)))	100	(4)
N N N N N N	0.00	10.00	0.00	Эн	(1)	10	100	0.00	10:1	0.00	11	(i) ii	10	100	10	11	(()); (((0)	1000	0.00	0.00	100	6 10	(0.7)	000	i (1)	00	ji 16	111)((),)	0.0		300	(()	()	ю	(0.5)	
	9)		111	(D)	15	1	de	un-		13	10	l	C	O	ť) (]	(H)	0 6	117	ŧ.	65	1.7	100	į	. 0	P	90	1	(6)	ΝÍ	Ċ	Ċ	m	Ì	5 15	ă	T.	

9) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vinculo efetivo com a União, Autarquias, inclusivo em regime especial, e Fundações Públicas Federais.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Art. 52 às contribuições dos servidores de que trata esta Lei, vertidas ao Plano de Seguridade Social do Servidor, serão transferidas à Previdência Social nos termos definidos em regulamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às contribuições recolhidas desde o início do vinculo do servidor com a administração direta, autárquica ou fundacional, sendo assegurado o computo do respectivo tempo de contribuição para efeito de percepção dos benefícios previdenciários.

Art. 69 O art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a visorar acrescido do seguinte inciso VI:

VI - o tempo de contribuição efetuado com base nos arts. 82 e 99 da Lei nº 8.162, de 8 de jameiro de 1991, pelo segurado definido no art. 11, inciso I, alímea g. desta Lei, sendo tais contribuições computadas para efeito de carência."

Art. 79 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a partir da data de sua publicação.

Ant. 89 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92 Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de jameiro de 1993.

Relator

CAMARA DOS DEFETADOS

22 ABR 16 16 SB O 17 15 5

CRORLE ASTRO DE COMUNICAÇÕES
PROTECCIO DEFEAL

SM/Nº 236

Em 22 de abril de 1993

Senhor Primeiro-Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1993 (PL nº 3.520-B, de 1993, nessa Casa), sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que "dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

SENADOR VALMIR CAMPELO

/a/ce-pe

Primeiro Secretário, em exercício

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 21/04/93 . No Senbor Secretário-Geral da Mesa.

Deputado VII SON CAMPO

Deputado WILSON CAMPO

A Sua Excelência o Senhor Deputado WILSON CAMPOS

DD. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados dbb/.

Secretári - Geral da Mesa

Jancon.

\$\frac{1314193}{4}\$

gulamento.

f

Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O servidor público civil ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais, vincula-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 2º - O art. 183 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 183 - A União manterá Plano de Seguridade Social para o servidor e sua família.

Parágrafo único - O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional, não terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde."

Art. 3º - O art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 - São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado: a)
g) o servidor público ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
Art. 4º - O art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 11 - São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: I - como empregado: a)
g) o servidor público ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
Art. 5º - As contribuições dos servidores de que

trata esta Lei, vertidas ao Plano de Seguridade Social do Servidor, serão transferidas à Previdência Social nos termos definidos em re-

216

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se às contribuições recolhidas desde o início do vínculo do servidor com a administração direta, autárquica ou fundacional, sendo assegurado o cômputo do respectivo tempo de contribuição para efeito de percepção dos benefícios previdenciários.

Art. 6° - O art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 55 -

VI - o tempo de contribuição efetuado com base nos arts. 8° e 9° da Lei n° 8.162, de 8 de janeiro de 1991, pelo segurado definido no art. 11, inciso I, alínea g, desta Lei, sendo tais contribuições computadas para efeito de carência."

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a partir da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 24 DE MARÇO DE 1993

SENADOR HUMBERTO LUCENA PRESIDENTE Aviso nº 510- C. Civil.

Brasília, 13 de abril de 1993.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 5, de 1993 (nº 3.520/93 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 8.647, de 13 de abril de 1993.

Atenciosamente,

HENRIQUE EDUARD FERREIRA HARGREAVES Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor Senador JÚLIO CAMPOS Primeiro Secretário do Senado Federal BRASÍLIA-DF. Mensagem nº 176

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 8.647, de 13 de abril de 1993.

Brasília, 13 de abril de 1993.

LEI Nº 8.647 , DE 13 DE ABRIL DE 1993.

Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º O servidor público civil ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais, vincula-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 2º O art. 183 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 183. A União manterá Plano de Seguridade Social para o servidor e sua família.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional, não terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde."

Art. 3º O art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:	
a)	
	6
g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com	a
Jnião, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.	9229
***************************************	"

Art. 4º O art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

Fl. 2 da Lei n° 8.647, de 13.4.93.

"Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoa físicas:
I - como empregado:
a)
g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
Art. 5º As contribuições dos servidores de que trata esta Lei, vertidas ao Plano d Seguridade Social do Servidor, serão transferidas à Previdência Social nos termos definidos en regulamento.
Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às contribuições recolhidas desdo início do vínculo do servidor com a administração direta, autárquica ou fundacional, sendassegurado o cômputo do respectivo tempo de contribuição para efeito de percepção do penefícios previdenciários.
Art. 6° O art. 55 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescid do seguinte inciso VI:
" Art. 55
VI - o tempo de contribuição efetuado com base nos arts. 8° e 9° da Lei n° 8.162, de 8 de janeiro de 1991, pelo segurado definido no art. 11, inciso I, alínea g, desta Lei, sende tais contribuições computadas para efeito de carência."
Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a parti da data de sua publicação.
Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.
Brasília, 13 de abril de 1993, 172° da Independência e 105° da República.

Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O servidor público civil ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais, vincula-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 2º 0 art. 183 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro

de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 183. A União manterá Plano de Seguridade Social

para o servidor e sua família.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional, não terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde."

Art. 3º O art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de

991,	passa a vigorar com a seguinte redação:
	"Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência
	Social as seguintes pessoas físicas:
	I - como empregado:
	a)
	g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
991,	Art. 4º 0 art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de passa a vigorar com a seguinte redação:
	"Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas: I - como empregado:
	a)
	g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.

Art. 5º As contribuições dos servidores de que trata esta Lei, vertidas ao Plano de Seguridade Social do Servidor, serão transferidas à Previdência Social nos termos definidos em regulamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às contribuições recolhidas desde o início do vínculo do servidor com a administração direta, autárquica ou fundacional, sendo assegurado o cômputo do respectivo tempo de contribuição para efeito de percepção dos benefícios previdenciários.

Art. 6º O art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de

1991, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 55

VI - o tempo de contribuição efetuado com base nos arts. 8º e 9º da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, pelo segurado definido no art. 11, inciso I, alínea g, desta Lei, sendo tais contribuições computadas para efeito de carência."

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a partir da data de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 02 de fevereiro de 1993.

Sewoling ?

CÂMARA DOS DEPUTADOS

24 MAR 1805 \$ 013039

THE COMPLICATORS

SM/Nº187

Em 24 de março de 1993

Quia nº 29/93

PLn: 3520/93

Senhor Primeiro-Secretário

Comunico a Vossa Excelência que, aprovado sem alterações pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 66 da Constituição Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1993 (PL nº 3.520-B, de 1993, nessa Casa), que "dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

SENADOR JÚLIO CAMPOS

Primeiro Secretário

Secretario

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 25103193 Ao Senhor

Secretário-Geral da Mesa.

Deputado WILSON GAMPOS

A Sua Excelência o Senhor

Deputado WILSON CAMPOS

DD. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados rfr/.